

L m d S m ro na fila por CPI no ES

CONCEIÇÃO NASCIMENTO

Foi protocolado nesta terça-feira (24), na Assembleia Legislativa (Ales), o pedido para a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar causas e consequências da ruptura da bargagem da mineradora Samarco, em Mariana (MG), ocorrida no dia cinco de novembro. A iniciativa é do presidente da Comissão de Representação da Ales, que apura a tragédia no Rio Doce, deputado estadual Josias da Vitória (PDT).

O deputado conversou com a reportagem na manhã desta quarta-feira (25) e explicou que conseguiu 15 assinaturas de apoio à proposta. "O mínimo são dez para protocolar o pedido de abertura de CPI. Temos cinco comissões em andamento e aguardaremos a conclusão de uma delas para pedir ao presidente - Theodorico Ferraço (DEM) - que coloque em votação no plenário a instalação da CPI", disse.

Entretanto, é possível que o requerimento para a criação da CPI da Lama espere mais um pouco, uma vez que há dois outros na fila.

Atualmente, a Ales tem quatro CPIs em atividade e uma que já foi aprovada em plenário e deve ser instituída nos próximos dias. São elas a Máfia dos Guinchos, Empenhos da

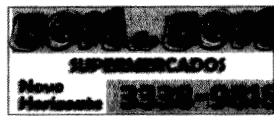


O DEPUTADO Josias da Vitória (PDT) e o proponente da Comissão de Inquérito

Saúde, Sonegação de Tributos, Transcol e a Judicialização da Saúde.

O deputado Sérgio Majeski (PSDB) conta que assinou o documento pela criação da CPI. "Pelo histórico do país, esta é uma situação que tende a cair no esquecimento. Isso vai acabar ficando na conta do povo. Pela promiscuidade entre os poderes, e entre o público e o privado. Acho que é fun-

damental toda forma de investigação para colocar em pratos limpos quem deve pagar", disse.



Vereador veta incentivo para recicláveis

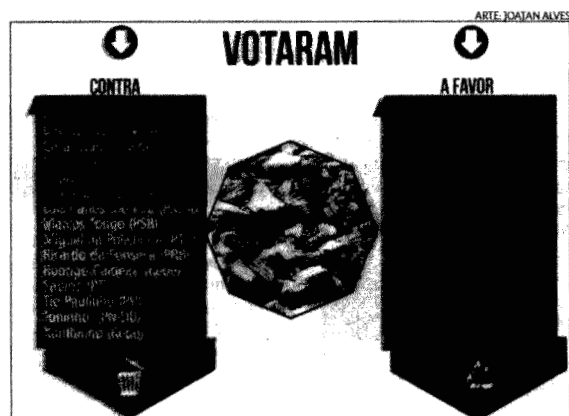
CLARICE POLTRONIERI

No último dia 18 a Câmara da Serra reprovou o Projeto de Lei (PL) que obrigaria empresas que realizam obras públicas municipais a usarem uma cota mínima de material reciclado, como por exemplo, areia, brita e argila. O autor da proposta foi o vereador de oposição Gideão Svensson (PR) e obteve 11 votos contrários com apenas sete a favor.

Gideão questiona a reproposta. "Foi retaliação. É só incluir essa norma nas licitações, estimularia as empreiteiras no uso do material reciclado, a Serra não tem política definida para tratar o entulho, por isso existem vários pontos viciados", disse.

Outro vereador que fez coro ao projeto é Gilmar Carlos (PT). "A maioria dos vereadores alega que não há empresas que ofertam materiais reciclados, mas quando se tornar obrigatório, vão surgir empresas que atendam à demanda. Reciclar é ajudar o meio ambiente", defendeu Gilmar.

O líder do governo na Câmara, vereador Moreira (PMDB), que votou



contra o projeto, diz que uma iniciativa dessas tem que partir do executivo, e Gideão não abre diálogo com Audifax (Rede). "É intenção de Gideão que derubemos o projeto dele, para depois fazer discurso, é um bom parlamentar, mas não chama o grupo para discutir, usa isso para fazer um carnaval, pensando na reeleição", avalia.

O vereador Cuto Lorenzoni (PP)

que também foi contrário entende que devido ao custo o projeto é inviável. "A ideia é boa, mas da forma que foi posto é impraticável, o material reciclado é mais caro. E o projeto não é claro em vários pontos. Tem que ser discutido. A obrigatoriedade do uso de material reciclado pode inviabilizar obras. Votei contra a matéria, não contra a ideia", afirma.



O NÓ DA CRAVATA

colunadocravata@gmail.com

Quem será o herói?

Essa conversa do desmonte de Serra Sede, que voltou a ganhar força com a possível saída de pelo menos parte do Fórum de lá, não é nova. No início dos anos 2000, o projeto apelidado de Carapinão, que diminuía o tamanho do distrito da Sede passando áreas para o distrito de Carapina, gerou confusão. Até a polícia teve que ser chamada para conter os nervos dos moradores da sede. Naquela ocasião quem se capitalizou politicamente foi a família Gomes, nas figuras de Gilson e Gildo Gomes, e na época o jovem vereador Bruno Lamas. E desta vez? Com a possível mudança do Fórum, quem vai capitalizar melhor?

Se liga aí

Mas tem gente que não entendeu isso ainda. Um deles é o tucano e pré-candidato a prefeito Vandinho Leite, que poderia articular ações com aliados fortes, como o colega de partido e vice-governador César Colnago. Outro é o deputado federal Givaldo Vieira (PT), que também quer ser prefeito, mas ainda não se posicionou de forma mais firme neste assunto.

Em terra de cego...

Mas tem político com as antenas ligadas. É o caso de Audifax (Rede), que ofereceu áreas da Prefeitura para um novo Fórum; Vidigal (PDT), que na semana passada articulou uma reunião da comunidade da Sede com governador Hartung (PMDB); e Bruno Lamas (PSB), que há semanas atrás promoveu uma reunião com o então presidente do TJ, Sérgio Bizzotto.

Fica no xadrez

Os três senadores capixabas (Magno Malta-PR, Rose de Freitas e Ricardo Ferraço-ambos PMDB) votaram pela manutenção de Delcídio do Amaral (PT) na prisão. A votação aconteceu na noite desta quarta-feira (25). Ferraço, que é oposição ao Governo Dilma, foi o primeiro a se manifestar sobre o assunto.

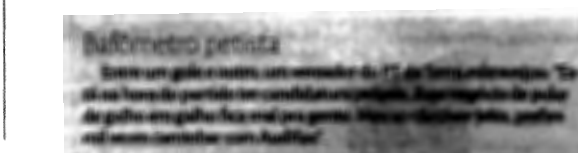
Capital do PDT

A direção estadual do PDT realiza, no próximo sábado (5) sua

convenção regional, e o encontro vai acontecer na Serra, base política do ex-prefeito do partido, Sérgio Vidigal, que poderá representar a legenda na disputa pela prefeitura em 2016. O encontro será no Pavilhão de Carapina, às 9h. Estão confirmados no evento o ex-ministro Ciro Gomes e o presidente nacional do PDT, Carlos Luppi.

Serra ou Brasília

Por falar em Vidigal, parece que pegou jeito com Brasília. Entre outras agendas nacionais, briga por verba para UFES, criticou o desastre da Samarco e, como membro da CPI do BNDES, enquadrado Bumlai, amigo de Lula, e o empresário Eike Batista. Além disso, crescem rumores de que o ex-prefeito possa desistir de concorrer à Prefeitura da Serra em 2016. Será que Vidigal tomou gosto por agendas nacionais e vai deixar de lado a disputa política na Serra?



COMUNICADO

"ENGRENAR ENGENHAGENS LTDA ME", CNPJ 39.310.917/0001-28, torna público que REQUEREU da SEMMA, através do Processo nº 63292/2015, a Licença LAR, para a atividade de "4.09 fabricação de máquinas, aparelhos, peças e acessórios sem tratamento térmico e/ou galvanotécnico e/ou fundição." na localidade de rua: Ida Bittencourt Fex, 198, Praia de Capuba, Serra - ES.

LENÁRIO

detribuna.com.br

amentos de corrupção

amento divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça mostrou que 1.932 casos de corrupção foram julgados pelo Judiciário estadual capixaba até setembro deste ano. As improbidades administrativa e de corrupção foram as prioridades desde 2013.

estabelecida para este ano impôs aos tribunais estaduais de todo o País o julgamento de 70% dos processos até dezembro de 2012. No Espírito Santo, ao longo de 2015, foram sentenciados 569 casos de improbidade e crimes contra a administração pública. A expectativa é de que até o final do ano o Judiciário estadual julgue 90% dos casos enquadrados na meta – até agora são 81,2%. São 3.205 processos de combate à corrupção em andamento no Espírito Santo. Em todo o País são 2.900 mil julgamentos até setembro.

* * *

em Cariacica

a a prefeitura de Cariacica com mais um nome: o do estadual Marcos Bruno. Filiado à Rede, ele vai usar o fim de ano para decidir a posição à administração. Ele quer dialogar mais com a comunidade e a candidatura não é definitiva. Vou decidir durante o ano. afirmou o deputado.

* * *

Relações abaladas

As eleições para o comando da milionária Associação de Moradores de Laranjeiras, na Serra, domingo passado, arranharam a relação entre o prefeito Audifax Barcelos e o deputado estadual Bruno Lamas.

Embora aliados, eles apoiaram chapas diferentes e Audifax levou a melhor. Há quem aposte em mais um nome na disputa à Prefeitura da Serra.

* * *

Corte em festa de fim de ano

Se depender do vereador de Vitória Davi Esmael, o Réveillon de Vitória pode ficar mais enxuto. Isso porque ele apresentou uma emenda ao Orçamento 2016 para reduzir o gasto com a festa da virada que será em torno de R\$ 1,2 milhão.

A proposta é de separar R\$ 206.881 para o 3º Conselho Tutelar de Vitória, já que a orientação é de um conselho para cada 100 mil habitantes e a capital tem 320 mil.

* * *

iosos não passarão...

curtido quanto a prisão do líder do governo no Senado, Delcídio do Nascimento, a ministra do STF Cármen Lúcia sobre a prisão. Nomeada para a Suprema Corte por Lula, a mineira de Montes Claros pontuou o caso com a indignação que já habita nos corações de muitos brasileiros: os políticos não passarão a navalha da desfaçatez... Não passarão sobre as leis do Brasil. Não passarão sobre a Constituição do Brasil.

GALERIA

te à violência.

MULHERES NA PAUTA 2

O PSDB faz amanhã o 1º Congresso Estadual do PSDB Mulher, no MS Buffet, às 9h. Além da apresentação da chapa feminina para as eleições, o evento terá palestras e exposições.

PARTIDO NA TELINHA

Dono da segunda maior bancada da Assembleia, o PRP conseguiu junto à Justiça Eleitoral pela primeira vez o direito de ter a propaganda partidária veiculada na TV e rádio.



ADDA MONTEIRO explicou que uma das propostas fraciona o aumento salarial dos servidores em três parcelas

CRISE NO JUDICIÁRIO

Sindicato propõe reajuste parcelado

Sindijudiciário-ES encaminhou propostas ao Tribunal de Justiça para resolver impasse criado pelo ajuste fiscal e conseguir um acordo

Pedro Callegario

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado (Sindijudiciário-ES) encaminhou ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) propostas para resolver o impasse criado pelo ajuste fiscal no Poder. Uma nova reunião entre as partes deve ser realizada hoje.

O objetivo é buscar um acordo para o ajuste fiscal diante da crise do Judiciário, que ultrapassou o limite de despesa com pessoal estabelecido na Lei de Responsabi-

lidade Fiscal (LRF) ao registrar 6,32%, sendo o máximo é de 6%.

Dentre as medidas de ajuste encaminhadas pelo TJ-ES à Assembleia estão adiar para 2018 e 2019 os reajustes de 5% cada previstos para o ano que vem e 2017, e a suspensão de promoção na carreira e de gratificações por função.

De acordo com a presidente do Sindijudiciário-ES, Adda Monteiro, as propostas foram apresentadas com relação à revisão no salário dos servidores. A primeira tentativa fracassou o aumento para três parcelas, sendo 1% no início do ano que vem, 2% no meio do ano e outros 2% ao final de 2016.

Já a segunda proposta tenta antecipar em um ano os reajustes previstos no projeto do Judiciário, para, no caso, 2017 e 2019.

A outra a ser debatida é a proposta de emenda feita pelo vice-presidente do TJ-ES, Fabio Clem, e pelo presidente eleito, desem-

bargador Annibal de Rezende Lima, ao projeto inicial, que daria 5% de aumento no mês seguinte ao reequilíbrio das contas e os outros 5% um ano depois.

Contudo, a proposta encontra resistência entre os servidores. "A categoria não está aceitando bem. Mas sabemos da dificuldade do Tribunal. O ideal seria receber como está, mas nossa realidade não é boa", admitiu Adda.

Clem, ao final da sessão do Pleno de ontem, confirmou nova rodada de conversas para hoje. "Conversamos, construímos uma pauta mínima para ser discutida. Mas não posso adiantar nada. Vou conversar com o sindicato amanhã (hoje)."

Apesar da expectativa de que mudanças no projeto fossem debatidas e votadas na sessão, Clem disse que não houve necessidade e nem modificação na emenda proposta. "Por enquanto, fica a emenda", afirmou.

AS MEDIDAS

Anulada promoção de servidores

Já adotadas

NA ÚLTIMA semana, o presidente do TJ-ES, desembargador Sérgio Bizzotto, determinou a mudança na forma de pagamento do décimo terceiro salário dos magistrados, que deixou de ser no final do ano e passou a ser no mês do aniversário de cada membro.

FOI AINDA determinado o congelamento de salários dos magistrados.

FORAM ANULADAS as promoções na carreira de 405 servidores do Poder Judiciário, cujo ato havia sido publicado em outubro.

Em discussão

ADIAMENTO do reajuste do salário dos servidores que estavam previstos em 2016 para 2018. A medida encontra resistência entre os servidores, que discutem com o Tribunal uma alternativa.

SUSPENSÃO da promoção dos servidores efetivos.

TAMBÉM ficam adiados reajuste e pagamento de gratificações e o aumento para os comissionados.

TODAS essas propostas precisam ser votadas pela Assembleia, que volta a discutir o tema na próxima semana.

Votos mantêm prova contra promotor

Em julgamento iniciado ontem, a desembargadora Eliana Munhós votou contra pedido do promotor de Justiça Jonaci Herédia para anular provas obtidas por interceptação telefônica e busca e apreensão em ação que responde na Justiça.

Ele é acusado de supostamente participar da coação de testemunhas, como o vereador Olmir Castiglioni, de Colatina. Eliana afastou as ilegalidades apontadas pela defesa. Dois magistrados acompanharam. Pedro Valle Feitosa pediu vista.